

## TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 076/2024

TERMO DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE JACAREÍ AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 76/2024, QUE ENTRE SI CELEBRARAM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, A PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO E O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE JACAREÍ**, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 73, Centro, CEP: 12327-170; CNPJ nº 46.694.139/0001-83, doravante denominado simplesmente Município, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Dr. **IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, acompanhado pela Procuradora Geral do Município de Jacareí, Dra. **MOYRA GABRIELA BAPTISTA BRAGA FERNANDES**, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao Acordo de Cooperação Técnica nº 076/2024, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE-SP) e o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP), para racionalizar e aprimorar a cobrança administrativa do crédito fiscal, o fluxo de execuções fiscais e ações correlatas e a promoção de intercâmbio de conhecimento, estudos e experiências, oportunidade em que se comprometem a cumprir os seus objetivos, na forma e nas condições estabelecidas em suas cláusulas, acordadas com a Vara da Fazenda Pública de Jacareí, na pessoa da Juíza de Direito Titular, Dra. **ROSANGELA DE CASSIA PIRES MONTEIRO**:

### 1. DOS OBJETIVOS

O presente Protocolo de Execução tem por objetivo descrever a programação e o detalhamento dos procedimentos necessários:

- I - À extinção em bloco de processos de execução fiscal de que trata a Resolução CNJ n. 547, de 22 de fevereiro de 2024;
- II - À extinção, por meio de intimação coletiva contendo a listagem dos processos de execução fiscal físicos.
- III - Do ajuizamento de novas execuções fiscais;
- IV - Do recolhimento da taxa judiciária;

## 2. DETALHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS

A Prefeitura Municipal da Jacareí, na pessoa do Prefeito **IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA** e de sua Procuradora Geral, **DOUTORA MOYRA GABRIELA BAPTISTA BRAGA FERNANDES**, e o Juízo da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jacareí, representado pela MM Juíza de Direito **DOUTORA ROSANGELA DE CASSIA PIRES MONTEIRO**, tendo em vista as orientações da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo, estabelecem as seguintes diretrizes acerca da aplicação do Tema 1.184 da Repercussão Geral, da Resolução 547 do Conselho Nacional de Justiça e Provimento CSM nº 2.738/2024, no âmbito do Município de Jacareí:

**2.1. O Município de Jacareí, diante de autorização legislativa municipal, concorda com a extinção, por desistência, dos processos de valores inferiores a 15 (quinze) VRM's (Valor de Referência Municipal), na data da distribuição, que representa atualmente a importância de R\$ 1.335,45 (um mil trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), bem como daqueles do SAAE de valores inferiores a 7 VRMs, que representa a importância de R\$ 623,21, atualmente aplicável ao SAAE de Jacareí, ou outros valores que venham a substituí-los, renunciando expressamente ao direito de recorrer contra as sentenças extintivas, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, desde que não haja acordo de parcelamento do débito em andamento, e bloqueio de valores, ainda que parcial.**

**2.2. Nas execuções fiscais digitais, com valores entre o indicado em Lei Municipal como de alçada (Município e SAAE) e R\$ 9.999,99 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), em que não tenha ocorrido a citação válida há mais de 01 (ano) ou não tenha sido localizado bens penhoráveis, em decorrência de não localização de devedores ou bens, ainda que realizada as tentativas pelo Município (Autarquia e/ou Fundação), este concorda com a extinção de tais execuções fiscais, renunciando expressamente ao direito de recorrer contra as sentenças extintivas, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, desde que não haja acordo de parcelamento do débito em andamento, e bloqueio de valores, ainda que parcial.**

**2.3. Nas execuções fiscais digitais, com valores entre o indicado em Lei Municipal como de alçada (Município e SAAE) e R\$ 9.999,99 (nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), em que não tenha ocorrido a localização de bens há mais de 01 (ano), em decorrência de NÃO SEREM realizadas, mesmo que requeridas pelo Município, NENHUMA pesquisa de bloqueio de bens, pelo sistema SISBAJUD, em decorrência do volume expressivo de processos junto à Vara da Fazenda Pública de Jacareí, o Município de Jacareí concorda com a sua extinção, renunciando expressamente ao direito de recorrer contra as sentenças extintivas, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, desde que não haja acordo de parcelamento do débito em andamento e bloqueio de valores e antes da**

**extinção, seja realizada pelo menos a pesquisa SISBAJUD requerida, sendo que somente no caso de restar totalmente infrutífera restará autorizada a extinção por este acordo.**

**2.4. Nas execuções fiscais físicas, com valores inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que não tenha ocorrido a citação válida há mais de 01 (ano) ou não tenha sido localizado bens penhoráveis, em decorrência de não localização de devedores ou bens, o Município de Jacareí concorda com a extinção das execuções fiscais, renunciando expressamente ao direito de recorrer contra as sentenças extintivas, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, desde que não haja acordo de parcelamento do débito em andamento, e bloqueio de valores, ainda que parcial.**

**2.5. Havendo execuções fiscais enquadradas nas hipóteses da Lei Municipal nº 6.422/2021 e em razão de procedimentos arrecadatórios em curso que não estejam enquadrados nos itens acima, a municipalidade informará, se o caso exigir, execuções que estariam aptas, ou não, para serem extintas.**

### **3. FORMA DE EXTINÇÃO DAS EXECUÇÕES FISCAIS**

**3.1. As execuções fiscais digitais descritas nos itens 2.1, 2.2 e 2.3, quando extintas na forma deste acordo, o serão sempre sem resolução de mérito, por sentença proferida após o encaminhamento do lote respectivo pelo Tribunal de Justiça para análise da PGM, por meio de intimação coletiva contendo a listagem dos processos a serem extintos.**

**3.2. As execuções fiscais físicas descritas nos itens 2.4, quando extintas, o serão sem resolução de mérito. A sentença será proferida após o encaminhamento do lote pelo Tribunal de Justiça para análise/vista prévia da PGM, mediante intimação para vista/conferência dos autos no cartório (mediante prévia comunicação) ou por meio de carga dos processos a serem extintos com a listagem correspondente.**

**3.3. As partes poderão solicitar a criação de listas específicas de processos, como, por exemplo, por ano de execução, valores específicos ou outros filtros possíveis, com prazos *aproximados* de 03 (três) meses de preparação pelo Cartório e de análise pelo Município/Entidade, sendo que tais parâmetros poderão ser alterados e/ou prorrogados quando necessário.**

**3.4. O Município/Entidade deverá requerer a extinção das execuções fiscais físicas em caso de débitos liquidados, cancelados, prescritos ou remitidos.**

### **4. DO AJUIZAMENTO DE NOVAS EXECUÇÕES FISCAIS**

**4.1. O ajuizamento de novas execuções fiscais, observando-se o valor mínimo da Lei Municipal nº 4.545/2001 (alterada pela Lei nº 6.311/2019), dependerá de prévia tentativa de conciliação ou adoção de medidas administrativas.**

**4.2.** A tentativa de conciliação poderá ser satisfeita pela exigência de lei geral de parcelamento ou oferecimento de algum tipo de vantagem na via administrativa, como redução ou extinção de juros e multa, ou outra oportunidade concreta de transação.

**4.3.** O ajuizamento das execuções fiscais dependerá, ainda, do prévio protesto do título executivo, sendo ônus do Município comprová-lo nos autos, salvo nas hipóteses previstas no artigo 3º, incisos I, II e III da Resolução do CNJ nº 547/2024.

## **5. DO RECOLHIMENTO DA TAXA JUDICIÁRIA**

**5.1** Com o propósito de se evitar eventual ordem de emenda da inicial nas futuras execuções fiscais ajuizadas, o Município de Jacareí se compromete a incluir o valor da Taxa Judiciária no demonstrativo de débito e a repassarão imediatamente ao Tribunal de Justiça, naqueles casos em que houver a satisfação do crédito (art. 6º, 4º da Lei 6.830/80 e art. 2º do Provimento nº 2.738/2024 do Conselho Superior da Magistratura).

**5.2.** Quando do peticionamento informando a satisfação da obrigação, deverão os Procuradores do Município, informar em campo próprio no sistema informatizado do Tribunal de Justiça de São Paulo, o número da guia DARE para sua vinculação ao processo, com a consequente queima/inutilização, tudo em conformidade com o Comunicado CG 2.199/2021.

## **6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**6.1.** O presente termo não importa em renúncia de receita do Município, uma vez que se refere apenas à extinção das execuções fiscais (processos) e não da obrigação tributária propriamente dita, que poderá ser cobrada pela exequente por quaisquer outros meios, enquanto não estiver prescrita.

**6.2.** O Detalhamento dos Procedimentos (item 2); Forma de Extinção das Execuções Fiscais (item 3), e Do Ajuizamento das Execuções Fiscais (item 4) **se aplicam a todas às Entidades Municipais (se o caso exigir).**

**6.3.** Por iniciativa de qualquer das partes, o presente termo poderá ser revisto a qualquer tempo para fins de melhores adequações que se façam necessárias no curso de sua execução.

E, por estarem assim ajustados, assinam os partícipes o presente instrumento para todos os fins de direito.

Jacareí (SP), 17 de junho de 2024.

Desembargador **FERNANDO ANTONIO TORRES GARCIA**  
Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

**ROSANGELA DE CASSIA PIRES MONTEIRO**  
Juíza da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jacareí

**IZAÍAS JOSÉ DE SANTANA**  
Prefeito do Município de Jacareí

**MOYRA GABRIELA BAPTISTA BRAGA FERNANDES**  
Procuradora Geral do Município de Jacareí